



município de Mondim de Basto

Divisão Administrativa e Financeira



10.º Relatório Semestral de Acompanhamento

Plano de Saneamento Financeiro

1º semestre 2015





ÍNDICE

I. Introdução	4
II. Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente.....	5
Recursos Humanos.....	5
Aquisição de Bens e Serviços	7
Dados Financeiros	9
Prazo Médio de Pagamentos	9
Dívida do Município	10
III. Execução da Receita	11
Impostos Municipais.....	11
Taxas e Licenças.....	12
Venda de Bens e Serviços.....	12
IV. Conclusão	13



Índice de Quadros

Quadro 1- Número de trabalhadores ao serviço no Município	5
Quadro 2 - Custos com pessoal.....	6
Quadro 3 - Horas extraordinárias e ajudas de custo	6
Quadro 4 - Despesa com energia elétrica edifícios e equipamentos públicos.....	7
Quadro 5 - Despesa com Iluminação Pública.....	7
Quadro 6 - Despesas com combustíveis.....	7
Quadro 7 - Despesas com Transportes.....	8
Quadro 8 - Despesas com Comunicações.....	8
Quadro 9 - Despesas com Seguros	9
Quadro 10 - Composição da dívida do município a 30/06/2014.....	10
Quadro 11 - Receita proveniente de Impostos Diretos	11
Quadro 12 - Receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades.....	12
Quadro 13 - Receita proveniente de venda de bens e serviços	12

[Handwritten signatures and initials, including "En.", "João", "Cristina", and "J.T."]



I. Introdução

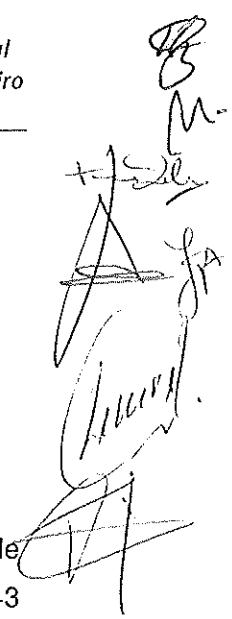
O presente relatório visa dar cumprimento ao disposto no n.º 6 do Artigo 59º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que refere: "o acompanhamento do plano de saneamento cabe ao município, através da elaboração de relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro pela câmara municipal e da sua apreciação pela assembleia municipal."

Assim, este relatório refere-se à execução semestral do período compreendido entre **1 de janeiro a 30 de junho de 2015** e apresenta a evolução das principais rubricas de despesa, de acordo com o compromisso assumido no plano de contenção da despesa corrente.

Efectivamente, o plano de saneamento financeiro inclui um plano de contenção de despesa corrente -com especial enfoque nas despesas com pessoal, redução de custos com fornecimentos e serviços externos e racionalização de encargos financeiros- e um plano de maximização da receita.

Metodologicamente, o relatório - sendo semestral - compara os dois primeiros semestres de 2014 e 2015 no que concerne a despesa paga e receita arrecadada, tendo por base os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

[Handwritten signatures and initials in the right margin]



II. Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente

Recursos Humanos

1. Trabalhadores do Município

No primeiro semestre de 2015 diminuiu o número de trabalhadores em exercício de funções, comparativamente com o primeiro semestre de 2014, passando de 143 trabalhadores existentes em 30 de junho de 2014 para 139 trabalhadores em 30 de junho de 2015.

O quadro n.º 1 mostra a composição e evolução do número de trabalhadores existentes em ambos os períodos.

Quadro 1– Número de trabalhadores ao serviço no Município ¹

Categorias	30-06-2014	30-06-2015
Dirigentes	5	4
Assistentes Operacionais	87	83
Assistentes Técnicos	25	25
Técnicos Superiores	26	27
Total	143	139

Fonte: elaboração própria

A evolução do número de trabalhadores ao serviço justifica-se pelos seguintes factos:

- Uma situação de saída de um dirigente em comissão de serviço;
- Três situações de aposentação na categoria de assistente operacional;
- Uma situação de saída em mobilidade na categoria de assistente operacional;
- Uma situação de saída em mobilidade na categoria de técnico superior;
- Uma situação de entrada em mobilidade na categoria de técnico superior;

¹ Relativo ao Mapa de Pessoal do Município



- Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado na categoria de técnico superior.

2. Custos com Pessoal

Não obstante a diminuição do n.º de trabalhadores, os custos com pessoal aumentaram cerca de 4% em relação ao período homólogo do ano 2014.

Quadro 2 - Custos com pessoal²

Descrição	1.º semestre de 2014	1.º semestre 2015
Custos com Pessoal	1.344.372,27	1.401.392,67

(valor pago €)

Este aumento resulta, essencialmente, da aplicação do previsto na Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, que restringe a aplicação da redução remuneratória a remunerações ilíquidas mensais superiores a 1 500 euros, em contraponto com a disposição legal anterior- LOE2014- que incidia sobre remunerações superiores a 675 euros. Acresce, nos termos do Artigo 4º da mesma Lei, a reversão da redução remuneratória temporária de 20% a partir de 1 de janeiro de 2015. Da conjugação destas duas circunstâncias, resulta uma menor poupança para o município em matéria de custos com pessoal.

3. Horas extraordinárias e ajudas de custo

No período em análise procedeu-se ao pagamento de ajudas de custo no valor de 1008,49 euros e de horas extraordinárias no valor de 317,87 euros.

Quadro 3 - Horas extraordinárias e ajudas de custo

Descrição	1.º semestre de 2014	1.º semestre 2015
Horas extraordinárias	196,78	317,87
Ajudas de custo	198,89	1.008,49

(valor pago €)

² Não inclui valor do seguro

Aquisição de Bens e Serviços

No que respeita à aquisição de bens e serviços, eis o comportamento das principais rubricas previstas no plano de saneamento financeiro:

1. Despesas com energia

No período em análise e comparativamente com o período homólogo anterior, o valor gasto em electricidade com edifícios e equipamentos municipais regista uma diminuição de cerca de 20%.

Quadro 4 - Despesa com energia elétrica edifícios e equipamentos públicos

	1.º semestre de 2014	1.º semestre de 2015
Energia elétrica	99.491,16	79.700,86 (valor pago €)

No que concerne à rubrica da iluminação pública, verifica-se um aumento de 23% em relação ao período homólogo do ano anterior.

Quadro 5 - Despesa com Iluminação Pública

	1.º semestre de 2014	1.º semestre de 2015
Iluminação Pública	91.078,00	111.622,43 (valor pago €)

2. Despesas com combustíveis

O valor pago em combustíveis no primeiro semestre de 2015 foi muito idêntico ao verificado no período homólogo do ano anterior.

Quadro 6 - Despesas com combustíveis

	1.º semestre 2014	1.º semestre 2015
Combustíveis	52.539,01	53.291,74 (valor pago €)

[Handwritten signatures and initials]

3. Despesas com transportes

Regista-se um aumento de 6% na despesa com transportes. Esta rubrica inclui o valor pago em portagens, transportes escolares contratados; passes escolares e subsídios de transporte pagos aos beneficiários de Programas Ocupacionais.

Quadro 7 - Despesas com Transportes

	1.º semestre de 2014	2.º semestre 2015
Transportes	98.993,39	105.255,53

(valor pago €)

4. Despesas com comunicações

A despesa global com comunicações registada no primeiro semestre de 2015 diminuiu cerca de 7% em relação a 2014. A sub rubrica que mais diminuiu foi a relativa a comunicações fixas, em contraponto com a sub rubrica internet que aumentou.

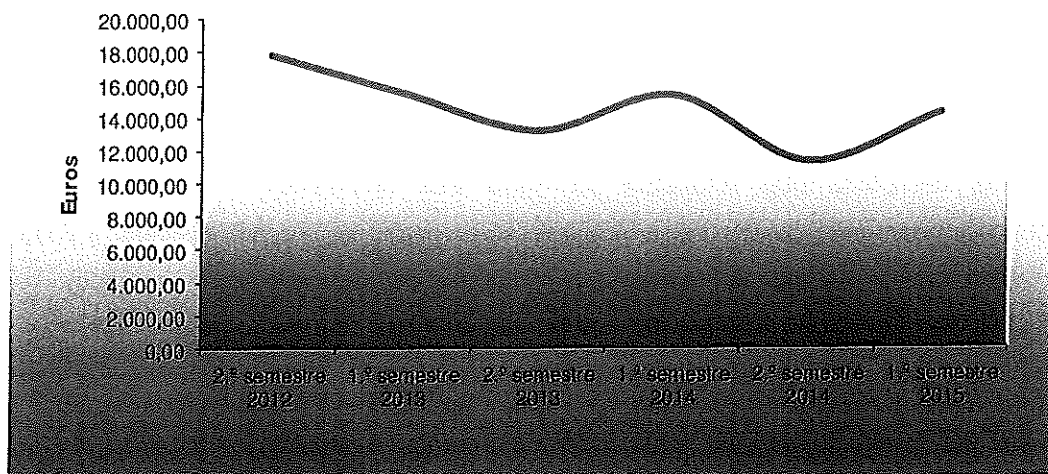
Quadro 8 - Despesas com Comunicações

	2.º semestre de 2014	1.º semestre 2015	Variação
Comunicações fixas PT	3.887,80	2.841,92	-27%
Comunicações Moveis	6.465,11	6.009,61	-7%
Serviços Postais	3.658,11	3.676,86	1%
Internet	1.335,28	1.739,76	30%
Total	15.346,30	14.268,15	-7%

(valor pago €)

Para uma melhor perceção da evolução desta despesa, apresenta-se o gráfico n.º 1 que evidencia a tendência desde o 2.º semestre de 2012 até à atualidade.

Gráfico n.º 1 - Evolução das despesas com comunicações



(Handwritten signatures and initials)
 B.M.
 [Illegible signature]
 [Illegible signature]

5. Despesas com seguros

A despesa global com seguros aumentou no período em análise cerca de 27%.

Esta rubrica, porém, convém ser analisada anualmente, porquanto a sua execução está fortemente dependente dos momentos de pagamento, uma vez que há apólices que se vencem mensalmente, outras trimestralmente e outras semestralmente.

Quadro 9 - Despesas com Seguros

	1.º semestre de 2014	1.º semestre 2015
Seguros Pessoal	15.953,82	18.978,35
Seguros edifícios/ equipamentos	12.126,66	16.569,32
Total	28.080,48	35.547,67

(valor pago €)

Dados Financeiros

Prazo Médio de Pagamentos

De acordo com os dados da DGAL, o prazo médio de pagamento do Município no 1.º trimestre de 2015 foi de 18 dias e no 2.º trimestre de 2015 foi de 12 dias. Em 2014, o prazo médio de pagamento do Município no 1.º trimestre foi de 6 dias e no 2.º trimestre foi de 3 dias.

Dívida do Município

Relativamente à informação sobre dívida de curto e longo prazo, impõe-se o seguinte esclarecimento prévio:

No âmbito da prestação de contas de 2014 procedeu-se a uma correção no método de cálculo da dívida de curto e longo prazo. Com efeito, até então, a dívida de médio /longo prazo era composta pela totalidade do valor das amortizações em dívida num determinado momento, sendo que a dívida de curto prazo englobava, apenas, a dívida registada a fornecedores de conta corrente e a dívida de imobilizado (investimentos).

A correção passou por englobar na dívida de curto prazo, os montantes a pagar de amortizações no prazo de um ano. Por este motivo não é possível comparar a desagregação atual com a desagregação efetuada no relatório anterior; devendo, por isso, a comparação ser efetuada pelos valores totais de dívida.

Acresce, ainda, que para efeitos do presente relatório apenas se considera a dívida do município, não se levando em conta a dívida das entidades previstas no artigo 54 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

O quadro n.º 10 ilustra a composição da dívida em 30/06/2014.

Quadro 10 - Composição da dívida do município a 30/06/2014

Componentes de Dívida	30-06-2014	30-06-2015	Variação
Fornecedores C/c +Imobilizado	40.328,21	67.880,47	68%
Empréstimos de curto prazo (valores a pagar no ano n+1)	0,00	1.496.285,30	
Sub- total (Dívida de curto prazo)	40.328,21	1.564.165,77	3779%
Dívida de M/L prazo (empréstimos a pagar a partir do ano n+2)	13.279.907,68	10.074.240,39	-24%
Total da Dívida	13.320.235,89	11.638.406,16	-13%

Fonte: Mapa "Outras Dívidas a terceiros"

Assim, a dívida de curto prazo importa em 1 564 165,77 €; a dívida de médio/longo prazo importa em 10 074 240,39, sendo que a dívida total diminuiu 13% e cifra-se em 11 638 406,16€.

[Handwritten signatures and initials]

III. Execução da Receita

Impostos Municipais

1. Impostos Directos

A receita arrecadada de impostos diretos registou um aumento de cerca de 14%, equivalente a um acréscimo de 62 316,05€ comparativamente ao período homólogo, conforme ilustra o quadro e o gráfico seguintes.

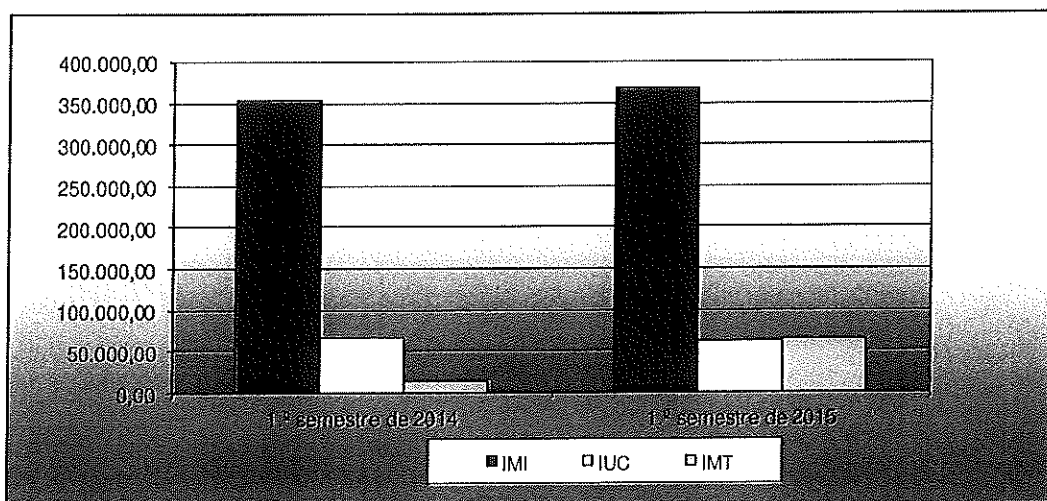
Quadro 11 - Receita proveniente de Impostos Directos

Impostos directos	1.º semestre de 2014	1.º semestre de 2015
IMI	354.098,70	368.261,57
IUC	66.266,51	62.322,15
IMT	13.309,25	65.406,79
Total	433.674,46	495.990,51

(valor pago €)

Verifica-se um acréscimo de 4% no Imposto Municipal sobre Imóveis; -6% no Imposto Municipal de Transações, sendo que o Imposto Único de Circulação registou um aumento de cerca de 391% comparativamente ao semestre do ano anterior.

Gráfico n.º 2 - Impostos Directos





Taxas e Licenças

O valor arrecadado na rubrica "taxas, multas e outras penalidades" diminuiu 24% face ao período homólogo.

Quadro 12 - Receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades

	1.º semestre de 2014	1.º semestre de 2015
Taxas, multas e outras penalidades	41.854,09 €	31.718,87 €

(valor pago €)

Venda de Bens e Serviços

A receita proveniente da venda de bens e serviços aumentou, globalmente, cerca de 10%. O quadro n.º 13 evidencia a evolução semestral das principais sub-rubricas de venda de bens e serviços do Município.

Quadro 13 - Receita proveniente de venda de bens e serviços

Venda de bens e serviços	1.º semestre de 2014	1.º semestre de 2015	Variação
Alimentação Pré-escolar	21.789,91	20.452,29	-6%
Água	35.020,05	41.542,89	19%
Saneamento	8.438,03	10.103,11	20%
Resíduos Sólidos	51.497,88	57.654,59	12%
Rendas	16.208,32	16.031,80	-1%
Total	132.954,19	145.784,68	10%

(valor arrecadado €)



IV. Conclusão

Da análise à execução orçamental efectuada no âmbito do plano de saneamento financeiro do Município, destacam-se os seguintes aspetos (comparando os segundos semestres de 2014 e 2015):

- Diminuição do número de trabalhadores;
- Aumento, em 4%, das despesas com pessoal;
- Aumento do valor pago em ajudas de custo e horas extraordinárias;
- Diminuição, em 20%, das despesas com energia elétrica relativa a equipamentos e edifícios Municipais;
- Aumento, em 23%, das despesas com iluminação pública;
- Manutenção das despesas com combustíveis;
- Aumento, em 6%, das despesas com transportes;
- Diminuição, em 7%, das despesas com comunicações;
- Aumento, em 27%, das despesas com seguros;
- Alteração do método de cálculo da dívida de curto prazo, que passa a incluir as amortizações de capital a pagar no prazo de um ano;
- Alteração do método de cálculo da dívida de longo prazo, que passa a excluir as amortizações de capital a pagar no prazo de um ano;
- Diminuição da dívida total do Município em 13%, cifrando-se em 11.638.406,16€; à data de 30/06/2015,
- Aumento da receita proveniente dos impostos diretos;
- Diminuição da receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades;
- Aumento da receita proveniente da venda de bens e serviços.

J
B

M.
do

js

Ch
T.